

Mulheres, ambulantes e produtoras culturais: as alianças em torno da Garagem das Ambulantes

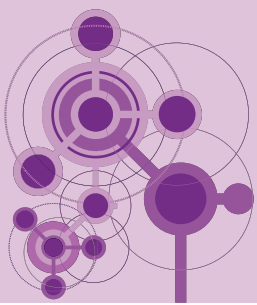
Women, street vendors, and cultural producers: the alliances surrounding the *Garagem das Ambulantes*

Mujeres, ambulantes y productoras culturales: las alianzas en torno al Garagem das Ambulantes



Flávia Barroso

- Doutora e mestre em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).
- E-mail: flavinhamagalhaes@hotmail.com



Resumo

O artigo investiga as alianças urbanas entre mulheres ambulantes e coletivos culturais constituídas nos últimos anos para a elaboração do espaço festivo Garagem das Ambulantes, no centro do Rio de Janeiro. A constituição do espaço vem sendo acompanhada pela pesquisadora desde 2018, a partir de cartografias de espaços musicais independentes na região. Com base no pensamento de Judith Butler, analisamos o processo de formação de alianças entre grupos na produção de espaços de visibilidade, expressão e renda para mulheres ambulantes.

PALAVRAS-CHAVE: FEMINISMO • ALIANÇA • ATIVISMO • CULTURA E COMUNICAÇÃO.

Abstract

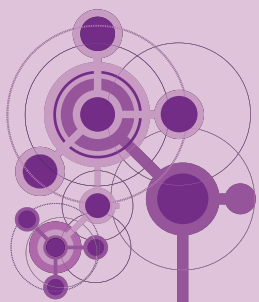
The article investigates the urban alliances between street vendors and cultural collectives constituted in recent years in the city to elaborate the festive space Garagem das Ambulantes, in downtown Rio de Janeiro. The constitution of the space has been monitored by the researcher since 2018, based on cartographies of independent musical spaces in the region. Based on the thoughts of Judith Butler, we analyze the alliance formation process between the groups in the production of spaces of visibility, expression and income for street vendor women.

KEYWORDS: FEMINISM • ALLIANCE • ACTIVISM • CULTURE AND COMMUNICATION.

Resumen

Este artículo investiga las alianzas urbanas entre los vendedores ambulantes y los colectivos culturales, que se constituyeron en los últimos años para crear el espacio festivo Garagem das Ambulantes en el centro de Río de Janeiro. La constitución del espacio es monitoreada por la investigadora desde 2018, a partir de cartografías de espacios musicales independientes de la región. Desde Butler, analizamos el proceso de alianza entre los grupos en la producción de espacios de visibilidad, expresión y renta para las mujeres ambulantes.

PALABRAS CLAVE: FEMINISMO • ALIANZA • ACTIVISMO • CULTURA Y COMUNICACIÓN.



INTRODUÇÃO

O presente artigo propõe investigar o processo de aliança que se estabelece entre mulheres ambulantes e produtores culturais na formulação do espaço festivo Garagem das Ambulantes, localizado no centro do Rio de Janeiro. O espaço, inaugurado em 2018, é uma iniciativa capitaneada por três mulheres ambulantes na produção de eventos semanais como rodas de samba, apresentação de blocos de carnaval e bandas independentes. A Garagem das Ambulantes foi utilizada durante anos para estoque de bebidas, isopores, carrinhos, bicicletas e triciclos utilizados pelas ambulantes¹. As constantes interações entre elas, produtores culturais e músicos em eventos, festas e no carnaval passaram a configurar uma aliança que possibilitou a construção do espaço. Atualmente, a Garagem possui programação semanal com três a quatro eventos por semana.

A análise faz parte de uma pesquisa ampla em curso, coordenada pelos grupos de pesquisa Comunicação, Arte e Cidade da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (CAC Uerj) e Núcleo de Estudos e Projetos em Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Nepcom UFRJ), que investiga particularmente os espaços musicais e festivos situados nas bordas dos processos de revitalização e visibilidade do Centro. Neste estudo, apontamos a existência de alianças (Butler, 2018), ativismos musicais (Herschmann; Fernandes, 2014) e dinâmicas interculturais (Canclini, 2012) entre produtores de cultura, vendedores informais, músicos e frequentadores mediante diferentes políticas de repressão nas últimas gestões da cidade (Barroso; Fernandes, 2018).

Investigamos especificamente a Garagem das Ambulantes com o intuito de analisar a participação das ambulantes que produzem microeventos. Compreendemos que elas assimilam, ao mesmo tempo, a posição de comerciante informal, tradicionalmente enxergada como ameaça ao que se entende por “ordem pública”, e a posição de gênero, altamente condicionada a vulnerabilidades nos contextos noturnos e festivos e de pouca participação no setor de produção cultural. Buscamos compreender, neste artigo, de que forma a aliança entre diferentes grupos ressignifica as posições de precariedade às quais as ambulantes estão historicamente submetidas.

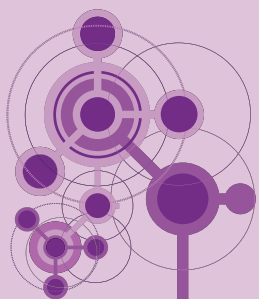
Figura 1: A Garagem das Ambulantes



Fonte: Instagram Garagem Delas, 2018².

¹ Os depósitos vinculados ao armazenamento de materiais de ambulantes são comuns na região do centro da cidade. Esses espaços normalmente são compartilhados entre ambulantes e pagos com uma contribuição mensal. Eles facilitam o trânsito de mercadorias e dos suportes de locomoção, visto que a maioria dos vendedores informais residem em regiões distantes do centro e não conseguem locomover seus materiais de trabalho diariamente.

² Disponível em: <https://www.instagram.com/agaragemdelas>. Acesso em: 29 nov. 2022.



Inspiramo-nos na perspectiva de Butler (2018), para quem a abertura da noção do “ser mulher” viabiliza, entre outras questões, a investigação das políticas de alianças cotidianas agenciadoras de coletividades relevantes, as quais, em associação, performam e publicizam suas demandas e distintas posições de precariedade. A autora salienta que a identificação de gênero, bem como outras identificações e condições sociais, produzem situações variadas de precariedade que, por vezes, encontram-se aliançadas na cidade. Conceber, especificamente, o constructo “mulher” como campo aberto latente e de permanente ressignificação, em contraponto a uma categoria identitária descritiva, trata-se de uma chave de abertura adequada para entender as práticas festivas revestidas de um forte investimento político de mulheres ambulantes e suas associações com blocos, músicos e produtores culturais. Propomos, dessa forma, o aprofundamento da investigação das políticas de aliança que “expandem aquilo que nos referimos quando falamos de nós” (Butler, 2018, p.42) como resposta à complexidade das tecnologias de vigilância, controle e precariedade a que ambulantes, músicos e produtores da cena musical independente são expostos.

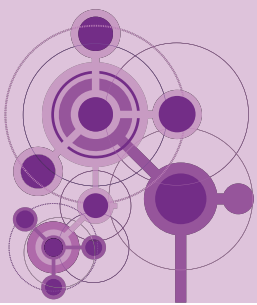
O rastreamento das festas e práticas festivas foi realizado através da aproximação com os atores culturais e suas indicações a partir de um processo cartográfico (Latour, 2012) em que criamos uma rede de investigação que foi se construindo durante a própria pesquisa. Foram realizadas entrevistas semiabertas com as produtoras, frequentadores, DJs, seguranças, lideranças do Movimento Unido dos Camelôs (Muca) e vizinhanças das festividades. Foram realizados trabalhos de campo antes, durante e após os eventos, de 2018 a 2022, totalizando 15 incursões de campo. Buscamos identificar a rede de atores composta: 1) pelo produtor cultural; 2) pelos frequentadores; 3) pelo músico/banda/artista/DJ; 4) pelos ambulantes e expositores de comida; e 5) pela vizinhança das festas. Referencia-se assim enquanto ponto de partida das estratégias metodológicas empregadas o necessário acompanhamento dos atores e das cenas musicais num contínuo “abrir de caixas pretas” possibilitado pelo movimento do “pesquisador-formiga”, processo referenciado pela teoria ator-rede (Latour, 2012).

POLÍTICAS DE REPRESSÃO, ESPAÇOS DE SUBVERSÃO

A idealização do projeto é consequência de uma rede colaborativa formulada nos últimos anos entre produtores culturais, blocos de carnaval e vendedores informais de bebidas diante do acirramento de diferentes dinâmicas de controle do comércio informal e da autorização de festas e eventos de cultura nas últimas duas gestões da prefeitura do Rio de Janeiro. Durante a gestão de Eduardo Paes (2009-2016), assinalamos a criação da Secretaria de Ordem Pública (Seop), responsável pela repressão intensa aos ambulantes da cidade; a ostensiva fiscalização do comércio informal e dos ambulantes, sobretudo durante o carnaval; a revisão e ampliação de normas para autorização de microeventos de rua; e o recrudescimento da regulação das atividades culturais em regiões turísticas.

Tratando especificamente do comércio ambulante, o prefeito Eduardo Paes, em 2009, inspira-se em sua atuação como subprefeito da Barra da Tijuca na promoção das “Caravanas da Legalidade”, que buscava regularizar a atividade do comércio informal. A Seop, criada em abril de 2009, era a secretaria responsável tanto pelo cadastramento dos ambulantes e camelôs, quanto pela instituição dos zoneamentos de comércio e sua fiscalização. Todos os ambulantes deveriam realizar o chamado Cadastro Único do Camelô e Ambulante (Cuca) até setembro do mesmo ano, caso contrário, todos os licenciamentos anteriores seriam automaticamente cancelados. Na primeira fase do recadastramento, foram contabilizados 18.400 trabalhadores licenciados. O número, contudo, estava bem abaixo das estimativas do quadro do trabalho informal na cidade. O Muca estima que, no período, em todo o município, havia 60.000 trabalhadores. Ou seja, o recadastramento não alcançou grande parte dos camelôs e ambulantes da cidade.

Ao fim do recadastramento, a Prefeitura lançou a operação Choque de Ordem, que prometia pôr fim à desordem urbana, identificando-a como “grande catalisadora da sensação de insegurança e geradora das condições propiciadoras à prática



de crime" (Choque..., 2009). Segundo o documento, as prioridades iniciais da operação eram a retirada de crianças abandonadas das ruas e a fiscalização do comércio informal irregular e das ocupações urbanas. Tendo em vista o grande excedente de trabalhadores informais sem o recente licenciamento, muitos ambulantes e camelôs foram impactados pela operação.

No carnaval de rua de 2013, as cotas de patrocínio da Ambev exigiam que somente a marca de cerveja Antártica fosse vendida durante o carnaval. Apenas ambulantes cadastrados pela empresa poderiam comercializar as bebidas, com preços tabelados e adquiridos em postos autorizados ou em supermercados. Os ambulantes já cadastrados pela Prefeitura passaram por um novo processo de cadastramento específico para trabalhar "legalmente" durante o carnaval. Segundo o relatório do Muca, apenas 5mil ambulantes conseguiram a retirada das autorizações. A parceria público-privada, modelo pelo qual muitos outros projetos foram implantados na cidade, também se estendeu à fiscalização da venda dos produtos. Agentes privados da Ambev circulavam nos blocos para garantir que as regras estavam sendo cumpridas. A Guarda Municipal, por sua vez, era a responsável por apreender mercadorias caso alguma das regras estivesse sendo descumprida.

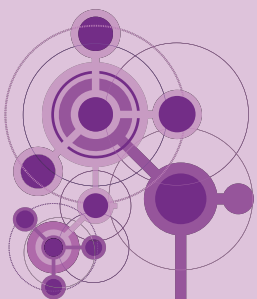
Ou seja, os ambulantes que haviam passado por cadastramento pela Prefeitura precisaram realizar um novo cadastro, agora na cervejaria, para serem autorizados a vender suas mercadorias nas ruas do Rio de Janeiro. Transformaram-se em funcionários da empresa, a partir das políticas do estado, sendo obrigados a vender uma única marca de cerveja, comprar em postos autorizados, utilizando materiais específicos da empresa (uniforme e isopor) e com preço tabelado. Essa política de ordenação e impedimento do comércio informal durante o carnaval se deu sem que fosse criado nenhum vínculo empregatício, tendo os ambulantes que receber por produção (compra e venda próprias) e absorver possíveis prejuízos de produtos não vendidos e até o risco de recolhimento da mercadoria pela Guarda Municipal. Adiciona-se a esse cenário o estabelecimento de políticas de fiscalização a serem realizados por agentes privados em espaço público. O reforço do contingente, bem como das atribuições da Guarda Municipal, também foram marcas desse período³.

O pretense "ordenamento" do comércio informal, pelo qual justificam-se projetos como os camelódromos formais e as restrições à venda de bebidas durante o carnaval, impõe a exclusão de grande parte dos ambulantes num processo de "limpeza" e gentrificação das áreas centrais da cidade:

As ações vêm no sentido de cadastrar um número determinado de vendedores informais no bairro e no centro, institucionalizar e padronizar feiras através de parcerias público-privadas além de estabelecer um camelódromo na região central. Tudo isso sob a ótica de formar Empreendedores Individuais e de garantir, após regularização de um número restrito de vendedores, a limpeza do espaço urbano, com reforço a fiscalização e repressão aos comerciais excluídos do processo de legalização. (StreetNet International, 2012, p.6)

Após o período dos megaeventos, a gestão de Marcelo Crivella (2017-2020) – prefeito eleito após a gestão de Eduardo Paes – constitui outros modos de operação da regulação dos microeventos que se somam à grave recessão econômica na cidade. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre 2014 e 2017, a capital fluminense passou a ter cerca de 25mil vendedores ambulantes a mais nas ruas (Costa, 2018). Empurrados pelo desemprego, passaram a ocupar os mais diversos espaços públicos da cidade. Impulsionada pela pressão e demanda desse período, a Prefeitura criou, em 2018, o projeto "Ambulante Legal", com vistas a formalizar a prática em diversos pontos, somando a isso a intensificação da repressão aos profissionais fora das normas (Prefeitura..., 2018).

³ Em 2009, foi extinguida a empresa contratada para realizar a fiscalização do comércio e, em 2011, foi realizado concurso público para a contratação de novos postos da Guarda Municipal. Importante salientar que o exercício da fiscalização do comércio não está dentro das atribuições da Guarda, tendo em vista que exige treinamento e conhecimento específicos. Em 2014, foi aprovado o projeto de lei que permite à Guarda utilizar armas *não letais* como spray de pimenta e armas de choque.



Nota-se ainda o esvaziamento de editais de subsídios aos eventos de cultura e constantes embargos a eventos já tradicionais na cidade (Altino, 2017; Antunes, 2017b; Boere, 2017; Lacerda, 2017; Pedra..., 2017). Carlos Thiago Cesário, presidente do Polo Novo Rio Antigo, associação que reúne empresários de restaurantes e casas de samba do centro da cidade, destaca em entrevista a necessidade de uma relação sintonizada entre a iniciativa privada e a Prefeitura para a contenção e regulação da atividade ambulante e dos microeventos de rua que, segundo ele, seriam responsáveis por uma série de transtornos na cidade:

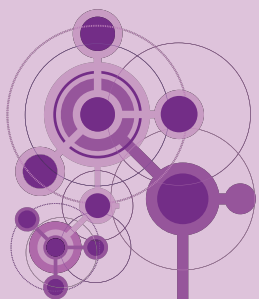
A atração, que parece agregar valor à região, acaba incentivando a concentração e permanência de ambulantes que concorrem de maneira desleal, além de afastar os visitantes das casas e perturbar quem reside no entorno, sem respeitar os horários e as regras sobre barulho em áreas públicas após as 22h, além de espalhar sujeira pelas ruas. [...] Situação que se resume, basicamente, no afrouxamento do poder público frente à atividade ilegal dos ambulantes, que representam concorrência desleal ao suado trabalho das casas regularizadas e ainda ameaçam a ordem pública, gerando insegurança e afastando cariocas e turistas de nossos negócios. Não queremos deixar o samba morrer. Lutamos, sim, para que a melodia esteja afinada com o empresariado e o poder público, gerando melhorias para nossa cidade. (Antunes, 2017a)

Espaços divulgados como plurais, que promoverão o aumento de circulação de pessoas, que serão “devolvidos” às cidades, ou que serão finalmente “abertos para a cidade”, são parte de muitos dos projetos de revitalização das regiões centrais das cidades. São espaços construídos, na maioria das vezes, para circulação e usufruto de um grupo de cidadãos moralmente selecionados para o usufruto dos equipamentos e opções de compras e lazer oferecidos pela nova reforma – vidas elegidas para ocupar o ambiente revitalizado (Jacques, 2012). Ao observar a dinâmica que move a revitalização ou reordenamento de espaços na região central, faz-se relevante observar aquilo que é coproduzido pelo empreendimento principal, conforme a sugestão de Butler (2003, p.24): é necessário “enquadrar o marco”, buscando demonstrar o que é escolhido para ser incluído no lado interior e o que resta no lado exterior da moldura. Ou seja, o que fica de fora do planejamento urbano. Portanto, temos olhado para esses “restos”, lugares que apresentam “ruídos”, “dissensos” e “controvérsias”, concomitantemente às obras de revitalização e reordenamento urbano, como as pequenas inscrições da trajetória de aliança entre ambulantes e músicos independentes concretizadas pela organização do espaço festivo Garagem das Ambulantes no centro do Rio de Janeiro.

ÉTICAS DA COABITAÇÃO E INTERCULTURALIDADE

A idealização do projeto Garagem das Ambulantes é consequência de uma rede colaborativa formulada nos últimos anos entre produtores culturais, blocos de carnaval e vendedores informais de bebidas. Nos cenários marcados tanto pelo reordenamento urbano quanto pela crise econômica nas últimas duas gestões da Prefeitura, notamos que as relações entre produtores culturais de rua e ambulantes se intensificou. A realização de festas em formato de cortejos, por exemplo, capitaneada por blocos de carnaval não-oficiais, intensificou-se fortemente nos anos de 2018 e 2019 como reflexo do estrangulamento da repressão aos eventos culturais de rua. Eventos e festas públicas em becos e ruelas afastadas da visibilidade policial passaram a se espalhar pelo centro da cidade.

A partir do convívio e circulação com festas e concertos musicais, coletivos culturais, blocos de carnaval e ambulantes passaram a assumir novos papéis e novos protagonismos, constituindo uma rede de interação e colaboração. Foram sendo construídos, por exemplo, grupos e reuniões – acompanhadas pela pesquisa – para debates sobre a produção de festas, onde, de forma conjunta, músicos, produtores e ambulantes forjam táticas para a realização de eventos, realizam mapeamento dos ambulantes e trocam informações sobre possíveis intervenções policiais. É comum presenciar, nestas situações, que os atores contribuem e intercambiam os saberes nômades específicos de cada atividade. Enquanto ambulantes conhecem roteiros e práticas de fiscalização, os músicos e produtores de cultura conhecem espaços escondidos da vigilância e, desta forma, constroem, ainda que de forma precária, modos de produzir microeventos.



O amadurecimento das redes e táticas entre as comerciantes informais e coletivos culturais viabilizou a construção do espaço Garagem das Ambulantes, possibilitando alternativas de renda e visibilidade para ambos os grupos, de modo que “as interações afetivas e sociabilidades das cenas musicais constroem, em alguma medida, um tipo de elo” (Herschmann; Fernandes, 2014). A idealização e amadurecimento das experiências de aliança entre os grupos de ambulantes e músicos produzem efeitos de coexistência cultural ou interculturalidade abordados por Canclini (2012, p.106) como uma “confrontação e mescla no interior das sociedades, no qual grupos travam relações e trocas, implicando que os diferentes se encontrem em um mesmo mundo e que devem conviver em relações de negociação e conflitos”.

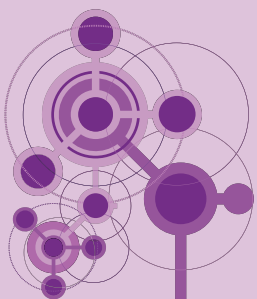
É interessante notar que a ética da coabitação forjada a partir do processo de aliança mobiliza as diferentes posições de precariedade que ambulantes e produtores culturais ocupam. Enquanto as ambulantes assinalam os históricos cerceamentos e violências aos vendedores informais e o aumento exponencial do comércio informal frente à perda de direitos trabalhistas e do desemprego, músicos e produtores destacam os constantes processos de gentrificação e privatização dos espaços públicos e as interdições de eventos e práticas culturais nos locais públicos da cidade. Frente a estas dinâmicas de precarização que empurram ambulantes, músicos e produtores de cultura para a clandestinidade e para a condição precária de vida, articulam-se dinâmicas de coabitação que claramente não substituem os aparatos de seguridade social, mas alavancam o compartilhamento e a visibilidade de seus desafios cotidianos na cidade.

Os caminhos percorridos pelas obras de Butler no estudo das alianças nos inspiram no sentido de buscar alargar as discussões da identidade ao conceber que esta “nunca é dada, não, apenas existe o processo interminável, indefinidamente fantasmagórico, da identificação” (Butler, 2018, p.75). Essa discussão se faz permanentemente decisiva para a pesquisa, visto que lidamos com o processo de subversão de identidades e performatividades imputadas às mulheres ambulantes e vendedoras informais em direção a outras viabilizadas pelos processos de aliança na cidade, como na produção cultural e festiva de rua.

Durante a pesquisa, constatamos que a aproximação entre as ambulantes e os movimentos carnavalescos, produtores culturais, artistas e frequentadores da Garagem potencializa diversos processos de identificação. Com a inserção nos agrupamentos de blocos e festas independentes, as produtoras ambulantes relacionam-se mutuamente com as discussões e pautas do feminismo colocadas tanto pelas vendedoras informais quanto por bandas e blocos de carnaval compostos por mulheres que passam a buscar o espaço para apresentações. Essa aproximação não se insere apenas sob a forma de uma identificação pacífica, mas, sobretudo, a partir dos debates sobre a sustentabilidade financeira de mulheres que trabalham com produção cultural e com o trabalho ambulante.

O intercâmbio de saberes e vivências iniciado nas discussões acerca das produções de eventos arquitetou relações mais profícuas entre os grupos, assinalando as diferentes posições, histórias de vida e processos de identificação dos sujeitos na cidade. Ao nos depararmos com a construção da Garagem das Ambulantes, que reúne actantes (ambulantes, músicos, técnicos de som, bailarinas, pernaltas, seguranças, público) de diferentes espaços da cidade, com diferentes histórias de vida, de distintas raças e classes que se entrelaçam por diferentes percursos da experiência urbana, percorremos o caminho das alianças proposto por Butler (2018). Esse caminho propõe o processo de desconstrução de uma categoria fixa que designa o que é ser mulher – mas também de outras, como a categoria de “povo” – para compreensão desse processo “aliançoso”.

Butler, nesse sentido, esforça-se em responder ao dilema específico do feminino que se impõe nas suas obras: se devemos desconstruir a categoria fixa do que é ser mulher, “afinal, quem constituiria o ‘quem’, o sujeito para o qual o feminismo busca libertação? Se não existe sujeito, a quem vamos emancipar?” (Butler, 2003, p.78). O ato de desconstruir, conforme aponta Derrida (2001), não significa negar ou rechaçar a existência de uma ideia, nem mesmo inverter as posições. Desconstruir a unicidade das identidades faz parte de um esforço em encará-las como relações de reciprocidade – obviamente, não como um dado pacífico, conciliador e ordeiro, mas na consideração da existência de linhas de transgressão, de ação e de tomada de posição nessas relações.



Se as identidades deixassem de ser fixas como premissas de um silogismo político, e se a política não fosse mais compreendida como um conjunto de práticas derivadas dos supostos interesses de sujeitos prontos, uma nova configuração política surgiria certamente das ruínas da antiga. (Butler, 1992, p.213)

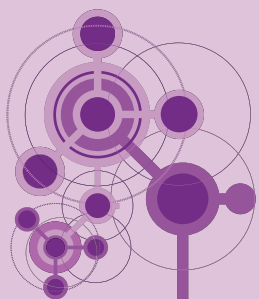
No contínuo trabalho de campo, verificamos que as alianças entre as vendedoras ambulantes, produtores culturais e músicos provocam a reflexão das distintas posições de precariedade em que pesa a exposição à insegurança, à força policial, à raça, às condições financeiras e à própria distribuição demográfica da condição precária. São dinamizados, em paralelo, os diferentes saberes em relação às dinâmicas policiais, às formas de autorização dos eventos, à sustentabilidade das festas e, conseqüentemente, emergem estratégias conjuntas para burlar as fiscalizações e para apoio mútuo entre esses grupos.

As questões de gênero são continuamente reafirmadas na história do comércio informal da cidade e do ambiente noturno-festivo, e, mais especificamente, na trajetória das produtoras. Essas questões, contudo, embaralham-se e são costuradas continuamente por outras linhas que constituem as posições de precariedade das ambulantes e suas alianças. A ocupação, a raça, a história familiar, a vivência no carnaval de rua e as relações construídas com músicos são linhas pelas quais os terrenos coabitativos – como o espaço da Garagem – vão sendo tecidos. Esse paradigma está presente na construção do pensamento de Butler (2018), sobretudo em suas obras mais recentes.

Como transitar de uma teoria da performatividade de gênero para uma consideração sobre as vidas precárias? [...] Parece que eu estava preocupada com a teoria queer e com os direitos das minorias sexuais e de gênero, e agora estou escrevendo de modo mais geral sobre as maneiras pelas quais a guerra ou outras condições sociais designam determinadas populações como não passíveis de luto [...]. Agora estou trabalhando a questão das alianças entre várias minorias ou populações consideradas descartáveis; mais especificamente, estou preocupada com a maneira pela qual a precariedade – esse termo médio e, de algumas formas, esse termo mediador – pode operar, ou está operando, como um lugar de aliança entre grupos de pessoas que de outro modo não teriam muito em comum e entre os quais algumas vezes existe até mesmo desconfiança e antagonismo. É provável que uma questão política tenha permanecido praticamente a mesma, ainda que o meu foco tenha mudado, e essa questão é que a política de identidade não é capaz de fornecer uma concepção mais ampla do que significa, politicamente, viver junto, em contato com as diferenças, algumas vezes em modos de proximidade não escolhida, especialmente quando viver juntos, por mais difícil que possa ser, permanece um imperativo ético e político. Além disso, a liberdade é mais frequentemente exercitada com outros, não necessariamente de uma maneira unificada e conformista. Ela não exatamente presume ou produz uma identidade coletiva, mas um conjunto de relações possibilitadoras e dinâmicas que incluem suporte, disputa, ruptura, alegria e solidariedade. (Butler, 2018, p.78)

A reflexão de Butler nos fornece material filosófico para lidar com as questões de ordem epistemológica que surgem no campo. Destacamos, entre elas, a inviabilidade de questionar se os sujeitos devem ser mais ou menos interpretados pelo seu gênero, sua raça ou sua regionalidade. Butler (2018) nos convoca a refletir que, para combater os processos de violência e opressão de gênero, é fundamental compreender localmente como esses mecanismos operam. Ao propor a unicidade de um inimigo em comum, esvazia-se a complexidade das estruturas de dominação e vigilância que impele às mulheres, cotidianamente, de formas distintas, a experiência da subjugação. Essa perspectiva se faz presente na investigação da Garagem das Ambulantes, tendo em vista que as actantes operam reflexões sobre as diferentes linhas que compõem precariedades distintas entre as mulheres, músicos e produtores que compõem esse circuito.

Nas mais banais ações da produção dos eventos, as tensões inerentes às diferentes posições de precariedade se revelam. É comum que nas apresentações, especialmente de grupos de mulheres, na Garagem, sejam entoadas palavras de ordem que destacam as diferentes posições ocupadas por frequentadoras e trabalhadoras da cultura e do comércio informal que coabitam o espaço.



Existiriam traços comuns entre as mulheres, preexistentes a sua opressão, ou estariam as mulheres ligadas em virtude somente da sua opressão? Há uma especificidade das culturas das mulheres independente da sua subordinação pelas culturas masculinistas hegemônicas? Caracterizam-se sempre a especificidade e a integridade das práticas culturais ou linguísticas das mulheres por oposição e, portanto, nos termos de alguma outra formação cultural dominante? (Butler, 2018, p.17)

DISCUSSÕES SOBRE IDENTIDADE EM JUDITH BUTLER: O CAMINHO DAS ALIANÇAS

A crítica de Butler em relação à cristalização da identidade sob quaisquer de suas formas não impõe o abandono da categoria “mulher”, mas imputa-lhe uma inerente processualidade potencialmente subversiva. As críticas às reflexões de Butler recaem normalmente na constatação de que a abertura do termo “mulher” viria a provocar o abandono da categoria do sujeito. Indaga-se, portanto: se as reivindicações feministas sempre estiveram atreladas à concepção de que a mulher é um sujeito com direito a sexualidade, trabalho e voto, como reivindicar uma emancipação sem o sujeito designado? Em resposta, Butler compreende que a emancipação do sujeito deve ser construída fora das categorias descritivas.

Se alguém “é” mulher, isso certamente não é tudo o que esse alguém é; o termo não logra exaustivo, não porque os traços predefinidos de gênero da “pessoa” transcendem a parafernália específica de seu gênero, mas porque o gênero nem sempre se constitui de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, e porque o gênero estabelece intersecções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidade discursivamente constituídos. Se tornou impossível separar a noção de gênero das intersecções políticas e culturais em que ela é produzida e mantida. (Butler, 2003, p.21)

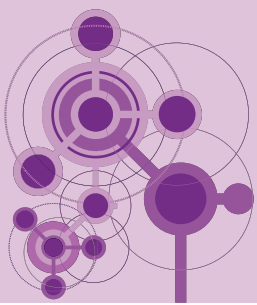
Para Butler (2003, p.213), sugerir a perspectiva de desconstrução da identidade não significa abandonar a política feminista, como é comumente interpretado, mas “ao invés disso, estabelecer como políticos os termos pelos quais a identidade é articulada”, ampliando, portanto, a própria caracterização das diversas práticas que estão associadas ao feminismo.

Notadamente, o grupo de mulheres ambulantes envolvidas na construção de festas na Garagem formula, há gerações, práticas altamente vinculadas ao que chamamos de feminismo. A rede de apoio entre elas está constituída na passagem do ofício ambulante, formulando, conseqüentemente, redes de proteção ativadas de forma recorrente no cotidiano. Citamos aqui o apoio financeiro, a proteção à violência policial, a ajuda nos cuidados domésticos e com filhos e netos e a relação afetiva entre elas.

Nas diversas produções culturais na Garagem, as produtoras privilegiaram bandas, rodas de samba e blocos de mulheres. Ao mesmo tempo, essas bandas, rodas de samba e blocos de mulheres surgiram de dentro de grupos culturais que ocuparam ruas, praças e vielas no início da década de 2010, como resposta ao reordenamento da cidade. Os grupos culturais que inicialmente articularam-se em torno da ocupação dos espaços passaram a assimilar outras complexidades urbanas, como as pautas feministas, de classe e de raça. Essa assimilação, por sua vez, transforma as associações e opera novos formatos, musicalidades e territorialidades, a exemplo da Garagem das Ambulantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção do espaço da Garagem advém dos movimentos culturais da urbanidade e, portanto, apresenta-se como ambiente festivo conectado às questões mais amplas da cidade, onde se incluem a causa feminista, o trabalho ambulante, o direito à cultura etc. As condições de aliança em que se forjou a Garagem das Ambulantes são também o meio pelo qual esse ambiente se perpetua e configura seu caráter público, ou seja, através de uma conexão cotidiana com os problemas da cidade.



Estudos relacionados aos mapeamentos e cartografias culturais e festivas têm revelado contribuições significativa no campo da comunicação (Amaral, 2008; Herschmann; Fernandes, 2014; Monteiro, 2011; Pereira; Santiago, 2014; Sá, 2014), enfatizando a abertura dos vetores do campo em direção às sociabilidades e identidades, à produção material, às políticas institucionais, aos círculos de informação, às matrizes culturais, aos modos de organização político-econômica e a todas as “mediações” que emergem dessas relações complexas (Martín-Barbero, 2003). As organizações ético-estéticas das festas nas cidades participam, nesse caminho, da produção de comunicabilidades particulares vinculadas ao território e ao tempo histórico – enfatizando modos de expressão, organização e gestão da cultura.

As táticas de atuação das produtoras-ambulantes, na contramão da racionalidade neoliberal, configuram-se pela interdependência e pela heterogeneidade e organizam-se em redes de compra e venda informal, de pequena escala, de modo errante e arquitetando os mais diversos acordos locais para atuação. A presença deste arranjo festivo particular é uma expressão cultural que visibiliza novos modos organizacionais de produção e gestão de cultura, de modo a apresentar contribuições relevantes para o campo das Relações Públicas, pois interseccionam problemáticas urbanas e soluções no campo da cultura dos eventos.

Argumentamos que os mais diversos agenciamentos de alianças (músicos, produtores independentes, mulheres, ambulantes) fazem emergir na assembleia pública questionamentos acerca da distribuição desigual das condições de precariedade. Os meios pelos quais as condições precárias são expostas no espaço público devem ser ampliados e necessariamente desconectados, na essência, dos parâmetros formais da política, liberando novas formas de atuação ativista na cidade. Apostamos que as alianças urbanas como as que investigamos incorporam a percepção de que essa é uma condição social compartilhada e diferentemente distribuída; composta, entre outras questões, pelas diversas formas de expressão do feminino e das diferentes posições de precariedades às quais mulheres são submetidas. Os acontecimentos festivos da Garagem colocam em visibilidade um processo anterior de interação e colaboração que acontece nas brechas da cidade, substituindo, ainda que provisoriamente, o processo moralizante da responsabilização, próprio da racionalidade neoliberal, por uma ética da coabitação. É, portanto, fora dos eixos políticos tradicionais que podem apresentar-se formas de exposição e persistência deliberadas na reivindicação corporificada da pluralidade dos feminismos urbanos por uma vida possível de ser vivida.

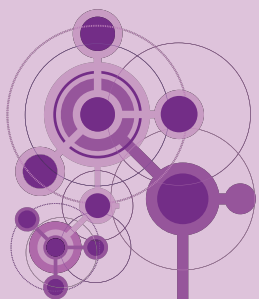
Buscamos, com este artigo, argumentar que as políticas urbanas de aliança entre mulheres e outros agrupamentos são arquiteturas complexas que realçam a inevitável avaliação das diferentes posições de precariedade ocupadas por mulheres. Consideramos esta uma chave para a abertura de perspectivas dogmáticas nas reivindicações de gênero. Propomos, dessa forma, o aprofundamento da investigação das políticas de aliança que “expandem aquilo que nos referimos quando falamos de nós” (Butler, 2018, p.42) como resposta à complexidade das tecnologias de vigilância, controle e precariedade.

REFERÊNCIAS

ALTINO, Lucas. Bloco Tambores de Olokun é impedido pela Prefeitura de realizar ensaio no Aterro do Flamengo. *O Dia*, Rio de Janeiro, 22 out. 2017. Disponível em: <https://glo.bo/2zuy7Gx>. Acesso em: 27 ago. 2018.

AMARAL, Adriana. Subculturas e cibercultura(s): para uma genealogia das identidades de um campo. *Revista Famecos*, Porto Alegre, v.15, n.37, p.38-44, 2008.

ANTUNES, Thiago. Carlos Thiago Cesário Alvim: atravessaram o samba. *O Dia*, Rio de Janeiro, 29 nov. 2017a. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/opiniaio/2017-11-30/carlos-thiago-cesario-alvim-atravessaram-o-samba.html>. Acesso em: 6 abr. 2022.



ANTUNES, Thiago. Polícia Militar impede realização da roda de samba Pede Teresa. *O Dia*, Rio de Janeiro, 29 jul. 2017b. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2017-07-29/policia-militar-impede-realizacao-da-roda-de-samba-pede-teresa.html>. Acesso em: 6 abr. 2022.

BARROSO, Flávia Magalhães; FERNANDES, Cíntia Sanmartin. Os limites da rua: uma discussão sobre regulação, tensão e dissidência das atividades culturais nos espaços públicos do Rio de Janeiro. *Políticas Culturais em Revista*, Salvador, v.11, n.1, p.100-121, 2018. doi:<https://doi.org/10.9771/pcr.v11i1.26706>.

BOERE, Natalia. Cultura vai ganhar cinco quadriláteros para eventos em locais públicos. *O Globo*, Rio de Janeiro, 24 out. 2017. Disponível em: <https://glo.bo/2H6yrUL>. Acesso em: 27 ago. 2018.

BUTLER, Judith. *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, Judith. Problema de los géneros, teoría feminista y discurso psicoanalítico. In: NICHOLSON, Linda J. (org.). *Feminismo-posmodernismo*. Buenos Aires: Feminaria, 1992. p.22-49.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CANCLINI, Néstor García. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: Edusp, 2012.

CHOQUE de Ordem. *Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 16 set. 2009. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/guest/exibeconteudo?article-id=87137>. Acesso em: 24 nov. 2022.

COSTA, Daiane. Crise empurra mais 200mil pessoas para o trabalho na rua. *O Globo*, Rio de Janeiro, 13 maio 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/crise-empurra-mais-200-mil-pessoas-para-trabalho-na-rua-22678103>. Acesso em: 24 nov. 2022.

DERRIDA, Jacques. *Posições*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

HERSCHMANN, Micael; FERNANDES, Cíntia Sanmartin. *Música nas ruas do Rio de Janeiro*. São Paulo: Intercom, 2014.

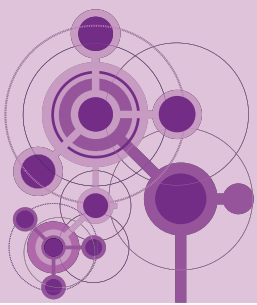
JACQUES, Paola Berenstein. *Elogio aos errantes*. Salvador: Edufba, 2012.

LACERDA, Paula. Prefeitura interdita parcialmente a festa na rua do Rivalzinho. *O Globo*, Rio de Janeiro, 20 out. 2017. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rioshow/prefeitura-interdita-parcialmente-festa-na-rua-do-rivalzinho-21972759>. Acesso em: 26 abr. 2022.

LATOUR, Bruno. *Reagregando o social: uma introdução à teoria do ator-rede*. Salvador: Edufba; Bauru: Edusc, 2012.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.

MONTEIRO, Tiago José Lemos. Alfama "chorou": elementos para uma cartografia da presença musical brasileira em Portugal. *Logos*, Rio de Janeiro, v.18, n.2, p.55-71, 2011. doi:<https://doi.org/10.12957/logos.2011.2256>.



PEDRA do Sal cancela roda de samba e responsabiliza Guarda Municipal, que nega intervenção. *Extra*, Rio de Janeiro, 3 jul. 2017. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/rio/pedra-do-sal-cancela-roda-de-samba-responsabiliza-guarda-municipal-que-nega-intervencao-21549816.html>. Acesso em: 6 abr. 2022.

PEREIRA, Simone Luci; SANTIAGO, Sabrina. Circuitos, cenas, cosmopolitismos: cartografias da latinidade em São Paulo. *In: COMUNICON*, 4., 2014, São Paulo. *Anais [...]*. São Paulo: PPGCOM/ESPM, 2014. p.1-16.

PREFEITURA do Rio cria programa Ambulante Legal. *G1*, Rio de Janeiro, 6 ago. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2018/08/06/prefeitura-do-rio-cria-programa-ambulante-legal.ghtml>. Acesso em: 24 nov. 2022.

SÁ, Simone Pereira de. Contribuições da teoria ator-rede para a ecologia midiática da música. *Contemporânea*, Salvador, v.12, n.3, p.537-555, 2014.

STREETNET INTERNATIONAL. *Copa do Mundo para todos: o retrato dos vendedores ambulantes nas cidades-sede da Copa do Mundo de 2014*. Durban: StreetNet International, 2012. Disponível em: https://apublica.org/wp-content/uploads/2012/04/1-publicacao_SN_small_pt_001.pdf. Acesso em: 15 abr. 2022.

Artigo recebido em 10/08/2022 e aprovado em 23/11/2022.